

A revista *A Defesa Nacional*: o autoritarismo, os intelectuais e os militares no governo Vargas (1930-1937)

On *A Defesa Nacional* magazine: authoritarianism, intellectuals and military in Vargas' government (1930-1937)

Fernanda de Santos Nascimento

Doutoranda em História
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
fernandaisrael@gmail.com

Antônio Manoel Elíbio Júnior

Doutor em História Social
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
tonyelbio@gmail.com

Recebido em: 13/03/2014
Aprovado em: 21/04/2014

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar a influência do pensamento autoritário entre os militares durante a década de 1930 através da revista *A Defesa Nacional*. Fundada em 1913, a revista foi um importante canal de discussão de assuntos militares e políticos para a oficialidade do exército brasileiro. No período aqui pesquisado, muitos artigos publicados na revista expressam a crença na falência do liberalismo e na necessidade de se instituir um projeto nacional de acordo com a realidade brasileira. Tal ocorrência demonstra a influência, entre os militares, das ideias relacionadas ao autoritarismo e a centralização do papel estatal, preceitos que se desenvolveram no Brasil principalmente durante os anos de 1930 e 1940.

PALAVRAS-CHAVE: Autoritarismo, A Defesa Nacional, Militares.

ABSTRACT: The objective of this paper is to analyze the influence of authoritarian thinking in the military during the 1930s through the magazine *National Defense*. Founded in 1913, the magazine was an important channel to discuss military and political affairs for the officers of the Brazilian army. In the period studied here, many articles published in expressing the belief in the failure of liberalism and the need to establish a national project according to the Brazilian reality. This occurrence demonstrates the influence of the military, the ideas related to authoritarianism and centralization of state role, precepts that developed in Brazil mainly during the 1930s and 1940s.

KEYWORDS: Authoritarianism, A Defesa Nacional, Military.

Introdução

Em outubro de 1913 foi fundada a revista *A Defesa Nacional*. A publicação alcançou, logo após o lançamento, seu grande objetivo: discutir os problemas do exército nacional e suas soluções em uma publicação mensal dirigida por militares e voltada ao público militar. A ideia partiu de um grupo de jovens tenentes que, após um estágio no exército alemão, percebeu a necessidade de discutir os problemas relacionados à modernização do exército e à própria nação brasileira. A revista perdura até hoje, embora tenha passado ao longo das décadas por mudanças administrativas e financeiras¹.

Assim, este artigo tem por objetivo analisar a crítica desenvolvida pelos redatores da revista *A Defesa Nacional* (ADN) em relação a democracia liberal, durante a década de 1930, especialmente durante os anos anteriores ao Estado Novo. A revista *A Defesa Nacional* foi fundada em 1913 e alcançou grande amplitude entre o corpo de oficiais durante os anos iniciais da década de 1930. Os textos publicados na ADN eram escritos por oficiais militares e, embora voltados ao corpo de oficiais da Marinha e do Exército, a revista buscava inserir-se também no meio civil. Em nota, publicada em 1926, os redatores esclareceram que dentre os exemplares gratuitos estavam destinadas as edições a Assis Chateaubriand, Pandiá Calógeras, Everardo Backheuser, Miguel Calmon, Oliveira Vianna e Barbosa Lima Sobrinho. Para os redatores, esta ação significava saltar “os muros do meio militar, derramando-se aos quatro ventos à divulgação em larga escala” do pensamento dos militares. A ideia era exteriorizar o pensamento militar cada vez mais, já que era urgente que a nação conhecesse o Exército que tinha e que deveria ter². A abertura maior da revista, através também de sua venda avulsa, deveria atrair o concurso de técnicos civis que discutissem nas páginas de *A Defesa Nacional* “problemas como o dos transportes, das indústrias químicas, da metalúrgica, da viação marítima, fluvial, rodoviária e ferroviária (...) enfim, todos os problemas vitais para a organização militar do país”.³

Durante a década de 1920, foram representantes de ADN, entre outros militares, Pedro Aurélio de Góes Monteiro, João Carlos Gross, Mascarenhas de Moraes, Emílio Médici, Orlando Geisel e Valentim Benício. No corpo mantenedor teriam destaque Eurico Dutra, João Batista Magalhães, Tristão de Alencar Araripe, Humberto Castelo Branco, Pantaleão Pessoa, Mário

¹ Para maiores informações sobre a revista *A Defesa Nacional*, ver: NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A Revista A Defesa Nacional e o Projeto de Modernização do Exército Brasileiro (1931-1937)*. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em História, Porto Alegre, 2010. E CAPELLA, Leila. *As malhas de aço no tecido nacional: A revista A Defesa Nacional e o Serviço Militar Obrigatório*. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós Graduação em História, Niterói, 1985.

² Revista *A Defesa Nacional*, “Dando Exemplo”, Agosto de 1926.

³ Revista *A Defesa Nacional*, “Dando Exemplo”, Agosto de 1926.

Travassos e Daltro Filho, além dos fundadores da revista Bertholdo Klinger, Parga Rodrigues, Leitão de Carvalho, entre outros tradicionais *jovens turcos*. Todos esses militares teriam destaque nas décadas seguintes da história nacional.

Durante a década de 1930, a revista terá destaque no meio militar: por volta de 1932 a publicação tinha cerca de 150 militares como sócios, além do corpo de redatores. Cerca de 27% dos generais da ativa faziam parte deste grupo. Eram sócios da publicação os generais Bertholdo Klinger, Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Raymundo Barbosa, Franco Ferreira, Ferreira Johnson, Deschamps Cavalcanti, Aranha da Silva, Álvaro Mariante, João Gomes Ribeiro Filho e Pantaleão Telles. Destes, os cinco primeiros foram ao posto de General de Brigada por conta das promoções efetuadas em fevereiro de 1931 e chegaram justamente a este cargo por estarem em conformidade com os ideais da Revolução de 1930, principalmente em relação ao Exército. Sua presença no corpo de sócios de ADN revela a importância que a revista toma nesse novo contexto de trabalho, para a reorganização da Instituição. Mais ainda: destes dez generais, seis estavam engajados com o projeto de ADN desde o final da década de 1910.

Em 1935 foi criado o Grupo de Redatores e o Grupo de Auxiliares que, junto do Grupo de Administração, mantinham a revista. Nessa época a revista contava com cerca de trinta e dois oficiais envolvidos diretamente com a sua publicação. Esta dinamização permitia a existência da revista em caso de crises políticas ou militares, pois tornou mais forte a sua base – com a criação do corpo de sócios - e composição, com a admissão de mais de duas dezenas de militares envolvidos na sua produção. As mudanças editoriais ocorridas no ano de 1935 tinham outro objetivo também: aumentar a tiragem da publicação que era de 1.500 exemplares por mês. Logo, a solução encontrada foi a reestruturação quase que completa da publicação: o formato foi alterado, novas seções foram criadas, novos oficiais passaram a compor o grupo responsável pela publicação da revista e o editorial foi suprimido.

Durante a década de 1930, diversos textos escritos e reproduzidos pelos redatores da revista *A Defesa Nacional* trazem uma crítica ao liberalismo econômico e a democracia liberal, como sistema político inaceitável para o Brasil. O discurso demonstra a influência de ideais conservadores e autoritários que, a partir de década de 1920, tornam-se comuns ao discurso político mundial, como resposta ao fim da I Guerra Mundial e da crise das democracias liberais europeias.

O discurso autoritário: Intelectuais e Militares

Após a Primeira Guerra Mundial houve, na Europa, uma emergência de governos de caráter autoritário e/ou fascista. Os regimes de Stalin, na Rússia e Mussolini, na Itália, já durante a década de 1920 se faziam presentes. Regimes de caráter autoritário e de caráter fascista existiam também na Hungria (1919), na Espanha (1923), na Albânia (1925), na Polônia, em Portugal e na Turquia (1926). Durante a década de 1930, a Alemanha implantaria o nazismo como sistema político e social. Tais regimes podem ser compreendidos no contexto de crise do liberalismo, só evidenciada após a Primeira Guerra e acentuada com a queda da bolsa americana em 1929 e a crise das democracias liberais. A desilusão, o ceticismo e as incertezas perante o futuro levaram ao descrédito total do sistema liberal democrático. Este sistema era visto por muitos intelectuais como individualista, desagregador e até antinacional. Ao privilegiar os interesses dos grupos financeiros e industriais, o capitalismo demonstrou ser um falho sistema econômico, associado indelevelmente ao sistema liberal, gerando pobreza, incertezas e desconfiças. A crise de 1929 reforçou ainda mais a crença que somente um Estado autoritário, que conduzisse a política e a economia com mãos de ferro, resolveria o problema.

No Brasil, as ideias autoritárias já estavam em discussão desde a década de 1910 e Alberto Torres consagrou-se como um intelectual antiliberal. Seus escritos influenciaram uma nova geração de intelectuais que emergiram nas primeiras décadas do século XX. Seu pensamento caracteriza-se por ser nacionalista e antiliberal. O nacionalismo deriva da atmosfera social do início do século XX, que é “fortemente carregada de ressentimentos contra o colonialismo predatório e de temor face ao expansionismo das grandes potências”.⁴ O caráter antiliberal deriva tanto da crise do sistema, a partir da primeira década do século, como também da própria experiência do intelectual na vida pública: Torres foi político e encontrou grande resistência dos grupos rurais quando presidente do Estado do Rio de Janeiro (1901-1903). Sua experiência demonstrou a dificuldade de se trabalhar em um país totalmente dividido, onde sobrava autonomia às unidades federadas e faltava poder à União⁵.

A obra de Torres foi resgatada no pós-1930 e suas ideias acabaram por influenciar uma gama de intelectuais de destaque entre as décadas de 1920 e 1930, como Azevedo Amaral e Oliveira Viana. Por seu caráter antiliberal, Torres foi associado à corrente autoritária de pensamento. O autor também se ocupou dos problemas do nacionalismo e da nação brasileira. Segundo Torres, a nação brasileira deveria ser criada pelo Estado, justamente pelo fato de o Brasil

⁴ LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na primeira república. In: FAUSTO, Boris (org). *O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p. 356.

⁵ Informações retiradas do prefácio feito a 4ª edição da obra lançado em 1982 pela editora da Universidade de Brasília. IN TORRES, Alberto. *Problema nacional brasileiro*. 4. ed. Brasília (DF): Univ. de Brasília, 1982.

não possuir uma identidade própria. Esta identidade era associada à cultura, já que para o autor “nunca chegamos a construir cultura própria, nem mesmo uma cultura geral [...] Não temos opinião e não temos direção mental. Não temos ilustração. Não temos cultura”.⁶ Cabe, portanto, ao Estado construir esta identidade. E o Estado a constrói com a participação de intelectuais que, a serviço do Estado, criaram uma unidade nacional. Este pensamento de Torres foi levado a cabo durante o Estado Novo, quando os intelectuais assumiram este papel. O nacionalismo de Torres não se apegava ao problema da inferioridade racial brasileira, tema bastante discutido por alguns intelectuais da Primeira República, como Álvaro Bomilcar⁷. Assim como Manuel Bonfim, Alberto Torres acreditava que o abatimento da ordem social do Brasil era resultado, acima de tudo, de condições inadequadas de desenvolvimento, mais do que de um problema racial.

De acordo com Lamounier, o pensamento dos críticos da primeira República e dos ideólogos autoritários “pode ser vista como uma construção intelectual que sintetiza e dá direção prática a um clima de ideias e aspirações políticas de grande relevância”.⁸ Este pensamento condensa uma reação filosófica ao iluminismo e ao utilitarismo, fortemente carregado de ideias positivistas. Daí decorre o anti-individualismo, tópico de suma importância para a construção do pensamento autoritário. Por outro lado, a oposição ao modelo econômico – o liberalismo, adaptado ao Estado e fazendo dele sua representação e generalização, formou o outro polo para a construção do pensamento autoritário. Assim, além da solução para os problemas nacionais, esses intelectuais também discutiam as questões em torno da organização do poder político, sugerindo a necessidade de um poder estatal forte para organizar o país. Este poder era “necessário não somente para erradicar os males do passado, cuja força de inércia só pode ser superada por uma cirurgia enérgica, como também para manter sob controle o próprio processo de mudança, assegurando a sobrevivência do que porventura existia de bom”.⁹

O poder estatal era necessário para organizar um país considerado essencialmente desorganizado e amorfo. Esta ideia foi característica de Torres, embora Oliveira Vianna, a partir da década de 1920, se dedicasse a desenvolver com mais propriedade este conceito. Para Torres:

No Brasil, destruídos os rudimentos de organização que já tivemos [refere-se aqui à escravidão], lançados em mau terreno, nada ficou de definitivo, e a fachada da nossa civilização oculta a realidade de uma completa desordem. Não

⁶ Citado por SOUZA, Ricardo Luiz De. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 302-323.

⁷ Em sua análise histórica do Brasil, Bomilcar culpa os portugueses pelo atraso e pelas condições em que o país se encontrava; ligava, ainda, o problema do nacionalismo à imprensa que, estando nas mãos de portugueses, não divulgava corretamente as obras de cunho nacionalista. Parte dessa conclusão era derivada justamente de uma obra escrita pelo autor em 1916, chamada *O preconceito de raça no Brasil*, que foi pouco divulgada e acabou esquecida.

⁸ LAMOUNIER, *Formação de um pensamento político autoritário na primeira república*, p. 357.

⁹ _____. *Formação de um pensamento político autoritário na primeira república*, p. 362.

há uma só instituição no Brasil, como também provavelmente, em quase todas, se não em todas as outras repúblicas sul-americanas, assente sobre bases próprias para um crescimento evolutivo regular¹⁰.

Dessa forma, no Brasil a vida pública não passava de crônicas de anedotas pessoais e escândalos, o trabalho não tinha valor, o mérito não tinha estímulo e o povo não tinha opinião. Parte deste processo é consequência da própria colonização do Brasil pelos portugueses, um povo que já estava em declínio durante a fase dos descobrimentos. O imprevisto da colonização, a fraqueza dos descobridores, as diferenças de clima e de terra e a interrupção do processo nacional pela independência foram fatores que impedem o “surto de sociedade” no Brasil. Por consequência, também não existe no país uma consciência nacional. Para Torres, “nós não exprimimos o interesse pela conservação nacional, senão como forma dramática do culto da bandeira e do ardor militar”.¹¹ A desorganização nacional é sintetizada pela falta de uma política pública, de uma economia nacional e objetiva e pela falta da própria consciência nacional. A desorganização teve como consequência o regionalismo, que ameaçava o país de desmembramento e decomposição.

Durante a década de 1930, sobretudo após o Estado Novo em 1937, o autoritarismo passou para a pauta de discussões do governo. Muitos intelectuais como Francisco Campos, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna encontraram abrigo em cargos políticos de relevância. Campos, por exemplo, foi Ministro da Justiça e autor da carta constitucional de 1937. O Estado Novo getulista colocou em prática os principais conceitos desses intelectuais conduzindo assim a uma modernização conservadora, ou seja, o Estado teria como principal dever organizar a nação em relação ao seu desenvolvimento econômico e social. Estas ideias tiveram grande eco nos meios de comunicação, sobretudo na revista “Cultura Política”, periódico editado pelo DIP e propagador dos ideais estatais¹².

Do ponto de vista político e social, o Estado Novo reforçava os propósitos da revolução de 30, ligados a maior repressão e controle da questão trabalhista e social¹³. Logo, a necessária

¹⁰ TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*: introdução a um programa de organização nacional. Rio de Janeiro: Nacional, 1914, p. 28.

¹¹ TORRES. *O problema nacional brasileiro*, p. 56.

¹² BONET, Fernanda dos Santos. *Autoritarismo e nacionalismo: o discurso oficial sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, através das páginas da revista “Cultura Política”. Porto Alegre: PUC-RS, 2010. (Dissertação).

¹³ Para muitos historiadores a “revolução de 1930” foi um movimento com claros objetivos de afastar o movimento operário da arena de debates políticos. Com expectativas de inserção na política, o movimento operário se organiza através do Bloco Operário Camponês, em 1928 e também do Partido Comunista Brasileiro, em 1922. Graves embates na segunda metade da década de 1920, entre sindicatos e fábricas, alertam os industriais brasileiros para o “perigo comunista” havendo a necessidade de reduzir a influência destes grupos no debate político. Foi a CIEP, em aliança com o Partido Republicano Paulista, que criou paulatinamente a ideia de “perigo comunista”, principalmente após os avanços das leis trabalhistas em 1928 (a Lei de Férias e o Código de Menores) e a maior participação do

modernização política brasileira estava pautada em caracteres capitalistas sem ser, necessariamente, liberal. O corporativismo, em substituição ao liberalismo econômico, ampliava as possibilidades de uma maior intervenção do estado na economia. De acordo com Silene de Moraes Freire,

Não obstante, todos aqueles que no Brasil pensaram a construção da modernidade em 1930, como Getúlio Vargas, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, Francisco Campos e muitos outros - ou mesmo antes da “revolução”, como é o caso dos representantes do movimento modernista - em realidade estavam preocupados com a modernidade capitalista. Não por acaso, a Primeira República pareceu, aos olhos de muitos, precocemente envelhecida para guiar um projeto em consonância com a modernização percebida e desejada, sendo definida antes mesmo de 1930, por vários intelectuais, como República Velha¹⁴.

O autoritarismo não implicava em substituição do modelo capitalista. Ao contrário: ao assumir as prerrogativas econômicas, o Estado moderno e autoritário deveria ser industrial. Assim, tanto o fortalecimento do Estado quanto o aumento da intervenção nos assuntos econômicos e sociais são os elementos centrais do modelo político autoritário. O estado moderno deveria ser, portanto, autoritário e antiliberal.

As ideias autoritárias de cunho fascista encontraram eco na fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932, por Plínio Salgado. O integralismo se definiu como uma doutrina nacionalista, anticomunista, que pregava o fortalecimento do Estado (Estado “integral”) frente à economia, além de trabalhar com a consciência individual ao redor do mote “Deus, Pátria, família”. Com ideias tributárias do fascismo, como a existência de apenas um partido e a personificação do Estado através de seu chefe, o integralismo encontrou seus adeptos nas classes médias urbanas e nos militares. O partido encontraria o seu fim quando decidiu aliar-se a Getúlio Vargas, por conta do golpe que inaugurou o Estado Novo, em novembro de 1937. Prometendo uma série de benefícios ao partido, principalmente sua maior inserção no governo, Getúlio encampou o apoio da AIB. Embates entre o governo e os integralistas fazem com que estes tentem a derrubada do governo, através de um ataque frustrado ao Palácio da Guanabara, em maio de 1938.

BOC no debate político. Os constantes entraves entre os movimentos levaram o BOC a decretar uma greve de mais de 70 dias no estado de São Paulo em 1929, levando o movimento para a arena do debate revolucionário, ao invés do político. Com esta manobra, o movimento da pequena burguesia retira seu apoio ao BOC varrendo o movimento, definitivamente, da arena do debate político. Estas ideias são defendidas por DE DECCA, Edgar. *O Silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1997 e TRONCA, Ítalo. *Revolução de 1930: a dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹⁴ FREIRE, Silene de Moraes. Pensamento autoritário e modernização conservadora no país. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2009, Rio de Janeiro. Captado em: www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com/sbs2009_GT15_Silene_de_Moraes_Freire.pdf. Acesso em: 8 de abril de 2014.

Identificamos os primeiros sinais de uma crítica ao liberalismo nas páginas da revista *A Defesa Nacional* em fevereiro de 1934, quando foi publicada uma tradução de artigo escrito por Emile Corra, um famoso positivista francês. Quem traduz o texto é J. B. Magalhães, oficial que deixa transparecer simpatia pelo positivismo, embora muitos militares considerassem a doutrina banida dos quartéis. Quartim de Moraes demonstra, em artigo, que o positivismo ainda exercia influência no meio militar, pelo menos até o final da década de 1920¹⁵. Nesse sentido, também Maria Cecília Forjaz demonstra que o positivismo persistia, não como uma influência direta e explícita, mas como ideias persistentes, difusas e atenuadas de seu completo domínio intelectual¹⁶. Para Forjaz, a ideia de que a educação seria um fator de progresso, a insistência na regeneração moral da política e a artificialidade do liberalismo são concepções tipicamente positivistas, assimiladas pelo movimento tenentista¹⁷. Vimos, no entanto, que estas concepções estavam, em menor ou maior grau, também, nas páginas de ADN durante a década de 1920.

Por outro lado, o positivismo chegava aos militares, também, através de Alberto Torres e Oliveira Vianna, que influenciaram não só o pensamento dos tenentes, mas dos militares de uma forma geral. Além disso, o positivismo continuava vivo e atuante através da política do Rio Grande do Sul e Getúlio Vargas era, de fato, um adepto do positivismo¹⁸. O texto de Corra é uma crítica à democracia, à ideia de soberania no povo e ao sufrágio universal. O autor não se refere especificamente sobre as Forças Armadas, embora acentue o papel que o Estado deve desempenhar nos desígnios de uma nação. O autor conclui que um governo não deve ser comandado por ideologias nem por personalismos políticos, pois:

É preciso fugir das ideologias. O bom senso aconselha que o Governo só se deixe influenciar por uma ideia preconcebida: o interesse geral. Por isso mesmo deve preocupar-se, antes demais nada em manter a harmonia social e não ter preferência por panaceias políticas como os radicalismos, os socialismos, comunismos e outras mais que se confundem fenômenos de ordem objetiva e subjetiva¹⁹.

Ao analisar o programa tenentista no pós-1930, Forjaz acentua que:

são traços comuns a todas as forças políticas envolvidas na reconstrução do sistema político brasileiro após a revolução de 1930 uma perspectiva antiliberal, autoritária, elitista e estadista. Esses componentes gerais do quadro ideológico

¹⁵ MORAES, João Quartim. O positivismo nos anos 20, entre a ordem e o progresso. In: COSTA, Wilma Peres da (org.). *A Década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.

¹⁶ FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e forças armadas na revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 44.

¹⁷ _____. *Tenentismo e forças armadas na revolução de 30*, p. 51.

¹⁸ FONSECA, Pedro Cesar Dutra. *A gênese regional da Revolução de 30*. Captado em: <http://www.ufrgs.br/decon/publiconline/textosprofessores/fonseca/REVOL30-REE.pdf>. Acesso em: março de 2010.

¹⁹ A ideologia POLÍTICA, Em *A Defesa Nacional*, fevereiro de 1934.

da época aparecem, no entanto, dosados diferentemente e voltados para a obtenção de distintos alvos políticos²⁰.

Dessa forma, o autoritarismo surgia como forma de combate à hegemonia oligárquica em um primeiro momento e, mais tarde, como uma forma de manutenção do poder pelos novos grupos políticos.

O próprio movimento tenentista encontrou apoio na crítica ao liberalismo no discurso autoritário. Suas intenções eram centralizadoras e bastante radicais, excluindo do debate político todas as oligarquias, independentemente de seu poder de persuasão política. Seu autoritarismo se manifestava também pela restrição do voto, pela propagação da ditadura revolucionária no pós-1930 e pelo adiamento das eleições da Assembleia Constituinte. Sabidamente, os tenentes receberam forte influência de Alberto Torres e Oliveira Vianna, sobretudo em relação às questões nacionais discutidas por estes dois autores. Se, de um lado, os militares de ADN já vinham, há bastante tempo, criticando o regionalismo, a politicagem, a falta de organização nacional e a própria falta de civismo do povo, por outro os tenentes aprofundavam as críticas ao liberalismo, levando o debate com mais força para dentro da instituição militar. Acentuamos aqui como o clima ideológico do pós 1930 estava imbuído de ideias autoritárias e antipartidárias, sintetizadas em diversas críticas ao sistema liberal democrático.

Em junho de 1934, é publicado artigo intitulado “A liberal Democracia e os Exércitos”. O autor cita a incompatibilidade da democracia liberal com as instituições militares, constituindo “teórica e praticamente má companhia para a existência dos Exércitos”.²¹ Ele acredita que nas democracias liberais tudo é ficção, é convencional, é abstrato. Esta abstração consiste justamente na ideia de soberania do povo que “tudo pode teoricamente, mas que, na prática, apenas pode votar e eleger representantes em quem de fato vai cair o verdadeiro poder”. A liberal democracia também conduz a uma natural falta de disciplina na sociedade e este fato é principalmente perverso para a existência dos exércitos. Para o autor,

não se aplicam, portanto, num exército, os métodos próprios da direção das sociedades democráticas sem que sua disciplina sofra, isto é, sem que se deforme ou enfraqueça sua organização e sem que ele venha a vacilar em face do inimigo. É por tais razões que o Exército Francês converteu-se, dentro da democracia francesa, no *grande mudo* e que o exército vermelho dos russos comunistas existe sob férrea disciplina²².

A referência ao “grande mudo” francês aqui é emblemática: esta teria sido uma das lições passadas pela Missão Militar Francesa, ou seja, a de que os militares jamais deveriam se envolver

²⁰ FORJAZ. *Tenentismo e forças armadas na revolução de 30*, p. 65.

²¹ Revista *A Defesa Nacional*, “A liberal Democracia e os Exércitos”, Junho de 1934.

²² _____. “A liberal Democracia e os Exércitos”.

na política e dela tomar partido.²³ Mas, foram também os franceses responsáveis pela ideia de que o problema da defesa nacional depende diretamente da preparação da Nação para a guerra e da total planificação da política com os objetivos militares. O autor conclui seu texto afirmando que “os ambientes e processos das democracias liberais não são favoráveis e tornam-se malsãs aos organismos militares”. Embora o texto não forneça claramente uma opção ao regime democrático liberal, está claro que também não o aceita.

Em 1934, ao ser convidado a ocupar a pasta de Guerra do então Governo Provisório, Góes Monteiro elaborou um relatório sobre os problemas e as necessidades do Exército Brasileiro. Em um ensaio anexo, o general não se furtou em tecer algumas considerações sobre os problemas brasileiros relacionados à economia e à política. Góes faz uma alusão ao movimento constitucionalista paulista como uma resistência ao projeto de “uma nova e sólida organização do Estado”, levando o governo provisório à necessidade de recorrer ao “processo clássico do liberalismo moribundo, convocando a reunião de uma Assembleia Constituinte”. Atribui a reuniões desse tipo, resultados medíocres e a sua existência mantém “*os vícios e as ligações do passado*”, em clara alusão aos procedimentos dos governos da primeira República²⁴.

Em relatório do Ministério da Guerra, apresentado em 1935 ao presidente Getúlio Vargas, Góes admite que “a prática do regime político que adotamos e que tem o seu prestígio devido ao erro de haver sido entregue o bastão da soberania a uma multidão composta, em sua maioria, de indivíduos falhos de educação racional, tem facilitado os males de que nos queixamos”.²⁵ Nesta frase fica claro o seu ceticismo em relação ao regime democrático e, principalmente, ao sufrágio universal adotado pela Constituição de 1934.

Em março de 1935, os redatores de *A Defesa Nacional* publicam artigo e incluem, antes de seu início, uma nota em que afirmam a sintonia do pensamento dos redatores com as ideias expressas no artigo. O artigo em questão, escrito pelo tenente Wiedersphan, inicia com forte crítica ao sistema atual de governo que domina o mundo, bem como ao seu individualismo intrínseco. O autor compreende que esse individualismo traz uma série de problemas para a sociedade, sendo o principal a falta de interesse em relação ao todo e também a falta de civismo e

²³ Com o término da I Guerra Mundial e a necessidade de modernizar o exército brasileiro, iniciam-se as discussões sobre a contratação de uma missão militar estrangeira para a instrução do Exército brasileiro. Como vitoriosa na I Guerra, a Missão Francesa parecia a escolha acertada para orientar o Exército brasileiro. O contrato com a Missão Militar Francesa foi fechado em 1919 e durou até 1939, embora a partir de 1935 a influência francesa no exército brasileiro tenha sofrido um grande decréscimo de importância, passando o exército brasileiro ser influenciado pelo exército americano.

²⁴ Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, Arquivo Oswaldo Aranha AO cp 1934.01.29/2. O documento GV cp 34.01.18/2 completa este.

²⁵ Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão Góes Monteiro. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior, 1935. p. 22. Captado em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/guerra.html>. Acesso em: 12 de dezembro de 2009.

patriotismo que este tipo de sistema traz consigo. Este meio torna-se propício ainda às infiltrações da persistente “propaganda dissolvente e materialista” na sociedade, além de refletir na própria caserna, através da infiltração “marxista no próprio seio do único sustentáculo da unidade e da grandeza nacionais”. A única solução para estes problemas é um sistema de governo com base na tradição e na força. O autor questiona se deve o oficial quedar diante destas ameaças, simplesmente cumprindo seu dever, de braços cruzados passivamente. Afirma que não. O oficial deve saber distinguir as questões políticas daquelas sociais, afastando-se da política, mas deve estar atento às questões sociais que exigem o seu cuidado. Nesse sentido, inferimos que o oficial refere-se ao perigo comunista, não só na caserna, mas em toda a sociedade.

Em artigo publicado em maio de 1935, o Capitão A. F. Correia Lima faz longa crítica aos sistemas liberais e às questões sociais no mundo. O autor acredita que vários países já estão colocando no centro de seus interesses o “todo” da população e não apenas aqueles grupos que são diretamente ligados ao poder. Esses países utilizam diferentes formas, como o comunismo e o fascismo, e ainda não estão provadas as modificações que estes regimes fizeram. De qualquer forma, no Brasil o mal do liberalismo é crônico: influenciou o país em sua quase desagregação, levou elites políticas que não se preocupavam com os interesses nacionais ao poder. Chega à conclusão de que “Nas liberais-democracias cuida-se somente de eleição”, quando as plataformas eleitorais “tem se limitado a vãs promessas [...] destinadas exclusivamente à arregimentação eleitoral”.²⁶ Para Correia Lima, “os adeptos das liberais democracias, regimes que permitem uma politicagem rasteiramente partidária e individualista, só tem uma preocupação, morbidamente obcecante: o acesso ao poder e a mais longa permanência nele”. De acordo com o oficial, o momento é de fragilidade, pois existe, ainda, o mal das doutrinas exteriores que se travestem de questões sociais para, principalmente, dividir o Exército. É necessário ao oficial não se ater às questões político partidárias, mas urge ao Exército estar vigilante e pronto “a repelir as tentativas de desagregação nacional”, que são movidas pelos derrotistas. O oficial conclui que “nós, militares, devemos ser exclusivamente soldados, mas soldados conscientes e compenetrados dos nossos deveres para com a Pátria”.

Para os militares, o agnosticismo liberal em assuntos morais e econômicos, além da estrutura política baseada no sufrágio universal fez surgir fenômenos sociais preocupantes. Assim, no Brasil, a influência de ideias liberais gerou falta de lideranças interessadas no coletivo, a falência do patriotismo e a falta de energia para lutar pelos problemas do país. Na economia, conduziu a formação de um grupo potencialmente rico, opressor de um grupo pobre, iniciando assim a famosa luta de classes. Na política, criou o personalismo político e o individualismo, onde

²⁶ Revista *A Defesa Nacional*, “Orientação Político Social”, maio de 1935, p. 533.

os grupos brigam apenas pelo poder. Estes fenômenos têm como consequências as crises sociais e econômicas. Declara-se abertamente a morte da liberal democracia nas páginas de ADN. Em artigo intitulado “Rumos do Estado Moderno”, Olímpio Mourão Filho qualifica o Estado moderno: este Estado não é uma ditadura, porque estas não são possíveis; é um Estado onde o sufrágio universal não pode ser concedido, onde a economia não pode seguir o *laissez-faire* e onde o Estado atua diretamente na educação, a fim de afastar o mal do comunismo. Este Estado moderno terá sua estruturação política baseada no sufrágio econômico ou profissional, possibilitando que o Estado seja formado de todas as classes produtoras.

Não se pode deixar de levar em conta, neste caso, a filiação de Mourão Filho ao partido Integralista. Mas, considerando que as ideias integralistas foram amplamente influenciadas por Alberto Torres²⁷, tais reflexões ganham relevância no pensamento militar e na influência das ideias autoritárias. Em fevereiro do mesmo ano, em matéria intitulada “Forças Armadas, Partidarismo e Política” o capitão Sérgio Marinho questiona se seria necessário um conceito novo de Forças Armadas nesse período, já que o papel de simples guardião das instituições liberais estava superado²⁸. Sua resposta é positiva e indica, em seu artigo, as medidas que o Estado deve tomar a fim de dispor de doutrinas positivas e modernas.

Todas estas concepções discutidas pelos militares provêm de um período marcado intensamente pela produção intelectual. Os militares estavam inseridos em um contexto de debates em torno da questão republicana e nacional e podem ter sido potencialmente influenciados por este discurso. Tanto Alberto Torres quanto Oliveira Vianna influenciaram o pensamento dos militares. Lembramos que durante a década de 1920, Vianna, assim como Torres, era frequentemente citado pelos autores de *A Defesa Nacional*, além de receber, mensalmente, exemplares gratuitos da publicação. Vianna foi um crítico sagaz do liberalismo em solo brasileiro, crítico das elites políticas, do regionalismo e das práticas políticas, consequência da existência de uma elite bronca e clientelista. Suas principais ideias, como a utopia de cartas constitucionais, principalmente a de 1891, foram expressas em obra publicada em 1922, intitulada *O idealismo da Constituição*.

Para Vianna, a solução do problema brasileiro era uma só: “segurar com mãos fortes as rédeas da direção política do país. Seria este o único caminho ‘realístico’ e eficaz para assegurar a unidade e a soberania nacionais”.²⁹ Este projeto, de cunho autoritário, não demandava trazer soluções externas para o país. Para Vianna, era necessário criar um projeto político próprio que se

²⁷ FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2000, p. 27

²⁸ Revista *A Defesa Nacional*, “Rumos do Estado Moderno”, junho de 1935, p. 629.

²⁹ LAMOUNIER. *Formação de um pensamento político autoritário na primeira república*, p. 296.

adaptasse à realidade nacional; referindo-se às inadequações da política liberal e, conseqüentemente, das Constituições elaboradas sob esta política. Para o Brasil, tanto as instituições democráticas quanto a política liberal eram utopias que só agravavam ainda mais o problema nacional. Maria Stella Bresciani lembra que durante os anos de 1920-1930 vários intelectuais partilhavam dessa ideia – a inadequação da doutrina liberal no Brasil – e cita como exemplo Sergio Buarque de Holanda³⁰. O exemplo não podia ser mais interessante: Holanda foi crítico ferrenho de Oliveira Vianna após a queda do Estado Novo. O exemplo sustenta a ideia de lugar-comum, isto é, argumentos e opiniões no pensamento crítico, compartilhados por vários intelectuais e também por setores da sociedade brasileira.

Vianna e outros intelectuais do período viam como responsáveis pela mudança, tanto os intelectuais, quanto a elite política, que deveriam se adequar aos novos tempos. Embora não tenha teorizado sobre o papel dos militares em seus escritos, estes se encarregaram de fazê-lo, principalmente através das páginas de *A Defesa Nacional*. Vimos até aqui como o discurso militar em relação ao Brasil guardava similaridades com o discurso de intelectuais como Oliveira Vianna e Alberto Torres, principalmente em relação a este último e sua crítica à política regionalista do país. Pelos textos publicados em *A Defesa Nacional*, compartilhavam das ideias dos intelectuais autoritários, configurando-se o lugar-comum. Não apenas Góes Monteiro, mas muitos oficiais redatores de ADN tinham afinidades com o pensamento dos intelectuais autoritários, mesmo que discordassem em alguns pontos. Góes Monteiro, por exemplo, insistiu desde sua ascensão militar ao lado dos revolucionários, na ideia de que o Exército constituía uma elite capaz de, ao lado do Estado, resolver os problemas do país. Este discurso pode ser tomado das páginas de ADN onde, desde sua fundação, o Exército era considerado como o ente mais organizado do Estado, pronto a defender os interesses da nação e da própria Instituição. Os militares, a partir da década de 1930, passam a tese de falência do liberalismo e das instituições democráticas, bem como a falta de uma elite organizada que está “presa a teorias do século passado, demagoga e preche de um espírito jurídico incompatível com o fato brasileiro”.³¹

Em julho de 1935, o capitão Sergio Marinho acredita que as Forças Armadas têm sido usadas como coringa no jogo político, entre grupos que almejam o poder. Logo, as Forças Armadas são um instrumento da política “que deve nortear todas as decisões do Estado. E assim, em última análise, elas se resolvem em umas das expressões políticas da Nação”.³² E por isso não

³⁰ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da Ciência e a sedução da objetividade*. UNESP: São Paulo, 2005.

³¹ Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, Arquivo Oswaldo Aranha AO cp 1934.01.29/2. O documento GV cp 34.01.18/2 completa este.

³² Revista *A Defesa Nacional*, “Forças Armadas, partidarismo e política. As forças armadas e os partidos políticos”, Julho 1935.

podem ficar indiferentes aos destinos da Nação, “como tal não poderão viver insuladas do resto da Nação, estáticas ante a sua permanente mutabilidade, estranhas às suas palpitações [...] e anseios”. Para o autor, tem se tentado há muito tempo afastar a Instituição da política, afastando-a da Nação; a consequência dessa ação foi a partidarização do corpo de oficiais, ou seja, o corpo de oficiais partidarizou-se, deixando que a política partidária, prejudicial à sua disciplina e à sua força moral, entrasse na Instituição. O capitão Marinho acredita que é necessário disciplinar politicamente o Exército, considerando-o como elemento político. Desta forma, as Forças Armadas são fiéis à Política com “P maiúsculo”, aquela política com objetivos sucessivos em relação à Nação. Os exércitos fascistas e comunistas seguiriam este exemplo e obteriam sucesso nesta relação com o Estado. Portanto, o “grande mudo” francês não é mais um exemplo a seguir. O exército francês deixou de se renovar, não se adequando às novas realidades. Marinho conclui que é necessário estabelecer uma política para doutrinar o Exército e mesmo a sociedade; e o Estado tem este dever.

Mas os militares estavam atentos, também, à reação da sociedade ao seu discurso mais incisivo em relação à política e à instituição de um Estado forte: em julho de 1935 o capitão João Ribeiro Pinheiro alerta que a intromissão do Exército na vida administrativa do país tem criado um ressentimento na sociedade em relação à instituição militar. É necessário, portanto, afastar esse ressentimento, já que o Exército é depositário das tradições patrióticas do país. O mundo civil precisa ver o Exército com confiança e não como elemento opressor. Para isso é preciso criar a consciência do papel do Exército na população, através de uma educação militar desde a infância.

Em novembro de 1936, a ADN publica texto escrito por Pedro da Costa Rego, jornalista e político que, desde 1932, mantinha uma coluna no jornal *O Correio da Manhã*. Em seu texto ele reflete sobre os últimos acontecimentos na Espanha (a Guerra Civil) e conclui que a democracia só pode manter-se como sistema político amparada no autoritarismo. “Os regimes de autoridade não atacam a democracia: suprem-na. Felizes os povos em cujo seio eles aparecem, porque o fato de aparecerem revela uma espécie de governo tático, a força latente que se opõe e que se impõe”.³³ Está claro que, ao publicar um texto como este, os redatores de ADN estão de acordo com seu conteúdo.

Na ocasião do Golpe do Estado Novo, em 1937, o General Dutra lança um manifesto intitulado “Proclamação ao Exército”. Neste documento de três páginas são encontradas as ideias já expressas antes por outros militares: Dutra acusa os defeitos e lacunas da Constituição de 1934

³³ Revista *A Defesa Nacional*, “Democracia e Autoridade”, novembro de 1936.

que, “inspirado[a] em princípios que colidem com a agitação mundial a que não podemos fugir”, é posta de lado em favor de uma carta mais adequada ao “regime democrático, melhor aparelhado[a] para a continuidade federativa”.³⁴ Dutra salienta, ainda, o caráter democrático do regime em várias passagens do manifesto. Este ponto será melhor elucidado quando Oliveira Vianna vier a lançar, em 1938, a segunda edição de “O Idealismo da Constituição”, com adendos elogiosos ao golpe de 1937 e com a exposição de seus argumentos em favor da real democracia instituída com o Estado Novo.

O Major Correia Lima – antes capitão Correia Lima – torna-se redator da seção de Estudos Sociais da revista *A Defesa Nacional* em 1935 e considera que:

O Estado Liberal (...) também não subsistirá por muito tempo, nos países que ainda o adotam, porque entrega uma nação aos caprichos heterogêneos e inarmônicos de assembleias legislativas, cujos membros não se compreendem e até se combatem³⁵.

Para Correia Lima, o Brasil havia trilhado pelo caminho certo ao instalar um regime forte, capaz de condizer com os desígnios nacionais, sendo este “um ato político, indispensável e esperado, [que] veio para a salvação nacional, com a atual carta magna, partindo a iniciativa do próprio governo como cabia de ser”.³⁶

Em 1938, em nota oficial, os editores de *A Defesa Nacional* acreditam que “tudo o que se tentou fazer em nossa terra em benefício da defesa nacional, desfez-se ou desfazia-se ante o acervo enorme de obstáculos opostos por um regime político incapaz do mais elementar gesto de sadio patriotismo”.³⁷ A frase deixa claro que o regime, antes liberal, foi incapaz de resolver os problemas não só do Exército como da sociedade em geral. Assim, as Forças Armadas saúdam o Estado Novo, não só como guardião da democracia e da nacionalidade, mas também como regime forte e capaz de organizar as Forças Armadas, arauto do civismo e do patriotismo.

O discurso de Viana também indicava que o Brasil deveria se defender das ameaças a que estava submetido. De acordo com Bresciani, esta ameaça poderia ser “interna de desagregação estimulada pelas ideias, doutrinas e instituições importadas, e ameaça externa propiciada pela

³⁴ Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC – Arquivo Eurico Dutra ED vp 1936.01.07

³⁵ Não confundir este oficial com Luiz A. Correa Lima, também redator de *A Defesa Nacional* durante a década de 1920. Luiz A. Correia Lima faleceu em 1930 e é considerado o patrono dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Luiz Correia Lima foi intenso colaborador de ADN durante a década de 1920, notadamente em textos sobre a relação das promoções e da inépcia de muitos oficiais em relação à profissão militar. A. F. Correia Lima se destaca na ADN a partir de 1935, quando passa a publicar textos notadamente sobre a relação entre os militares e a política.

³⁶ Revista *A Defesa Nacional*, “O Exército em face do Estado Novo”, setembro de 1938, p. 385.

³⁷ Revista *A Defesa Nacional*, “As palavras do Presidente da República”, janeiro de 1938, p. 18.

fragilidade do país frente à força expansionista e integradora das grandes potências”.³⁸ De fato, o conturbado momento político da década de 1930 indicava a necessidade de fortalecimento: as doutrinas e instituições importadas a que se refere Vianna se materializavam, principalmente, no socialismo e no bolchevismo, ameaças comuns também à instituição militar.

Considerações finais

O Exército que sai da Revolução de 1930 é uma instituição em frangalhos: dividida em setores, sem uma liderança coesa e com sérios problemas hierárquicos, esteve à beira da desagregação completa. Em 1931 era visto como séria ameaça ao país, devido ao seu estado de anarquia. Oswaldo Aranha não confiava no Exército e acreditava que este poderia dar um golpe militar nos primeiros meses após a revolução³⁹. Entre 1932 e 1935, uma série de rebeliões ocorre no seio da Instituição, culminando com o levante de 1935. É sintomático, portanto, que o recurso do autoritarismo como saída aos problemas brasileiros oferecesse, também, uma solução ao problema militar da coesão e da organização interna das Forças Armadas. Além disso, com o projeto interventor comandado pelos militares vencedores pós-1930, sobretudo Góes Monteiro, as ideias pregadas pelos pensadores autoritários caíram como uma luva – dadas as questões internas do país, bem como o cenário internacional. Através dos inúmeros artigos publicados na revista *A Defesa Nacional* fica claro que os militares compartilhavam da ideologia autoritária, configurando-se o *lugar-comum* do pensamento crítico brasileiro.

Todos estes vértices do problema estavam sendo discutidos, amplamente, pelos redatores da revista desde a sua fundação. Embora ao discurso tenham sido adicionados novos pontos, como a retórica anticomunista a partir de 1935, ele se manteve de forma relativamente coesa ao longo das décadas de 1910, 1920 e 1930. O discurso dos militares em relação aos problemas nacionais, ao autoritarismo, ao comunismo e mesmo à indústria foi a formação de uma base de pensamento que encontrou eco durante muitas décadas na instituição militar e que teve em *A Defesa Nacional*, um dos grandes responsáveis pela disseminação desse discurso, ao longo da década de 1930.

³⁸ BRESCIANI. *O Charme da Ciência e a sedução da objetividade*, p. 324.

³⁹ CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 15.